

## Dos pastos de altitude às fiações industriais: ecos de ecologia humana em *A Lã e a Neve*

ANA CRISTINA CARVALHO  
acristinacarvalho22@gmail.com

113

---

### RESUMO

O romance castriano *A Lã e a Neve* (1947) constitui um riquíssimo manancial sobre a Natureza da Serra da Estrela nos decénios centrais do século XX e sobre as formas orgânicas que o ser humano usava para se organizar e usufruir das potencialidades daquele território. Respeita-se a estrutura bifocal da narrativa – centrada, por um lado, nos vales e cumes da Serra da Estrela, e por outro na vida fabril dos lanifícios da Covilhã

– para lançar o olhar da Ecologia Humana sobre como o escritor retratou o cenário serrano e desenvolveu o enredo.

## PALAVRAS-CHAVE

Ecologia Humana, Ecocrítica, Ferreira de Castro, Serra da Estrela, Indústria de lanifícios, Fator ambiental

## ABSTRACT

Ferreira de Castro's novel *A Lã e a Neve* is a rich wealth of information on Serra da Estrela's Nature during the middle XXth century, as well as on the organic ways employed by humans in order to benefit from all local potentialities. This article honors the original structure of the narrative – focused on the valeys and ridges of Serra da Estrela and on the day-to-day of Covilhã wool factories, and intends to interpret from Human Ecology point of view how did the writer depict the mountain scenery and its inhabitants.

## KEYWORDS

Human Ecology, Ecocriticism, Ferreira de Castro, Serra da Estrela, Wool industry, Environmental factor

## INTRODUÇÃO

Este artigo é uma adaptação de um subcapítulo de *Terra Nativa: A Relação Eco-humana na Vida e na Obra de Ferreira de Castro*, a tese de doutoramento, defendida na Universidade Nova de Lisboa em 3 de Fevereiro de 2016. O objetivo foi contribuir para o estudo da permeabilidade entre Ciência e Arte, explorando, nomeadamente, o diálogo frutífero entre a área científica interdisciplinar da Ecologia Humana e a Literatura Portuguesa. Em concreto, pretendeu-se analisar a representação literária da Natureza e do vínculo de interdependência que o ser humano estabelece com ela na obra de Ferreira de Castro (1898-1974) – um dos mais aclamados e traduzidos escritores portugueses do século XX, fundador do “romance social” português – e perceber em que medida essa representação irradia da experiência de vida em variados ambientes geográficos, da personalidade e da ideologia do escritor. No presente artigo, faremos a contextualização de *a Lã e a Neve* na obra de Ferreira de Castro para de imediato observar como o homem e a natureza se relacionam naquela obra, abordando um conjunto de conceitos que irão aparecendo ao longo do texto.

## COMO NASCE UM ROMANCE

Duas décadas após ter reservado um pequeno capítulo ao ofício da tecelagem industrial em *A Epopeia do Trabalho* (1926), Ferreira de Castro empreendeu um olhar mais aturado, documentado e maduro sobre essa atividade fabril, em *A Lã e a Neve* (1947). Olhar fixado na transformação mecanizada da lã de ovelha em indústrias ribeirinhas a um curso de água da serra da Estrela – a ribeira da Carpinteira. *A Lã e a Neve* é o sétimo romance castriano, o mais traduzido depois de *A Selva*, com onze edições em vida do autor (Centro de Estudos Ferreira de Castro: <http://www.ceferreiradecastro.org/>). Numa carta de 4 de Abril de 1947 (Alves 2007: 108 e), Rocha Martins elogia ao escritor a coragem de publicar, “sob o signo da ditadura”, este romance “muito belo literariamente”, “muito superior revolucionariamente”. Com efeito, dele parece transparecer um bom domínio do fantasma do “auto-suplício”, mecanismo crítico interior que vigiava o processo de criação literária, antecipando-se à teia censória oficial, e que durante décadas angustiou Ferreira de Castro (1996: 185-191). Pedro Calheiros (2004: 104) advoga uma semelhança de método de pesquisa para a redação de *A Lã e a Neve* com o de Émile Zola para escrever *Germinal*, método que A. Moreira (1959) garante ter envolvido algumas noites do autor dormidas entre os pastores da Estrela. Esse conhecimento direto da realidade serrana viabilizou a objetividade das descrições cenográficas, sociais e sociológicas presentes no texto, na linha de um “realismo novo” da época, aliás inaugurado em Portugal com o primeiro romance castriano de grande alcance: *Emigrantes* (1928). Um pioneirismo também reconhecido por Mário Dionísio (1947:305), que o diferencia do conceito neorrealista de mundo, da vida e do romance: o autor de *A Lã e a Neve* “aproxima a ficção do povo, conquistando para a preocupação social na literatura um lugar ao sol”, em termos limpos de folclórico ou de pitoresco, antes primando por um “estilo liberto do espartilho académico, com a vida fluente que toca o jornalismo (...)”.

Essa base observatória, somada do propósito denunciante e do cariz judicativo das realidades camponesa e operária da Serra da Estrela, dá forma ao Pórtico que inaugura *A Lã e a Neve* – uma autêntica lição de História e de História Natural, prática e crua, num estilo límpido e poético, que cobre uma janela temporal de vinte e dois séculos, desde os Hermínios até ao século XX, e relata duas evoluções interligadas no cenário serrano: a de um modo de vida e a de um modo de produção. As páginas do romance são fiéis à ideologia do seu autor, paladino da liberdade plena, da dignidade do trabalho e do trabalhador, da rejeição da autoridade e da violência sobre o ser humano. Em *Anarquismo e Neo-realismo* (2002: 161), R. Alves intitula-o “representante maior de uma corrente do pensamento libertário – e minoritária – na literatura portuguesa”. *A Lã e a Neve* é a história de uma transição. Uma transição individual dolorosa, processada a reboque de um sonho pessoal, ilustrativa de uma transição coletiva gravada na história do país: o modelo económico tradicional de montanha – agropastoril, que hoje classificaríamos como ecologicamente sustentável – que parcialmente se transmuta num voraz sistema de transformação industrial, sujeito às leis oscilatórias da procura e da oferta do mercado internacional. A narrativa acompanha o fenómeno de decomposição do velho mundo rural que foi a transferência de mão-de-obra serrana dos campos para as cinturas industriais, e ainda o cru processo de proletarização do campesinato, na mira ilusória de melhores oportunidades na urbe industrializada. Organiza-se segundo uma

estrutura bifocal que transmite, assim, duas faces da serra da Estrela: a rural / pastoral, eivada de difíceis relações; e a industrial, caracterizada pelas tensões socio-laborais operárias. Ambas enchem de sentido uma análise textual da perspectiva da Ecologia Humana, entendida esta como a área científica interdisciplinar que se ocupa da relação entre a Ecosfera e a Sociosfera e onde convergem as metodologias das Ciências Naturais e as das Ciências Sociais e Humanas.

A tessitura da história compõe-se de três partes: a primeira dedicada à vida de pastorícia sedada em Manteigas e nos altos serranos; a segunda, ao trabalho nas fábricas da Covilhã e ao arbítrio dos industriais sobre os operários; e a terceira, sobre as vicissitudes a que está sujeita qualquer aspiração humana. A moldura temporal – transmitida sobretudo nas falas lamentosas de algumas personagens – é bem demarcada entre um pouco após o eclodir da II Guerra Mundial e pouco após o seu término. A narrativa acrescida da atenção aos dramas sociais e eco-humanos da época – refletidos, por exemplo, nas várias linhas de resistência popular – contribuiu para que *A Lã e a Neve* conserve a marca do seu tempo. Mas, diz ainda Alves (2002: 56), o romance excede em muito “o circunstancialismo datado”.

Ferreira de Castro, escritor sedento de mundo, retornou sempre às atmosferas aconchegadas: aqui, às dos pastores das alturas, da aldeia de operários e das fábricas de lanifícios. Assistimos ao predomínio da dimensão espacial, fortalecida nas primeira e segunda partes como eixo fundamental de uma ação que decorre entre dois pólos: a freguesia de Santa Maria, em Manteigas, e a cidade de Covilhã. *A Lã e a Neve* segue a linha das crónicas de desventura de anteriores ficções castrianas. Nas pastagens baldias que escasseiam a um ritmo irreconhecível pelos hábitos montanhese, na desumanidade do quotidiano fabril ou nas noites de gelo enfrentadas em desamparo – é sempre a velha condição humana, tema caro ao escritor, que se agita à flor do texto.

O protagonista Horácio, “herói sem prestígio” (Brasil 1961: 117) é um guardador de rebanhos dos ermos da Estrela que após conhecer os horizontes urbanos de Cascais, durante o serviço militar, alimenta um sonho singelo: ter uma casinha de família “alegre”, higiénica no interior e de compleição branca. A aspiração de fuga ao negror dos casebres e a uma bem-aventurança continuamente atropelada, incomum num pastor beirão da primeira metade do século XX, revela-se utópica e é o motor de todo o enredo. Movido por ela, o protagonista lança-se num percurso obsessivo, alimentado por uma esperança que vacila quando o grilhão da miséria mais apertada e se reaviva com a crença na tecnologia e no ofício de tecelão. Horácio é um assalariado sem terra, tal como o era 70% da população ativa agrícola portuguesa em 1940 (Rosas 1994). Na tropa, livra-se do “acanhamento de homem de mato” (p. 41) e aprende o suficiente para representar na ficção as estatísticas reais daquele ano: 53,5 % de alfabetização masculina nos indivíduos acima dos 7 anos de idade, no distrito da Guarda (Ramos 1988), a que pertence Manteigas. Horácio personifica o tipo literário do homem honrado que se sacrifica, embora Ferreira de Castro leve mais longe a sua figura, submetendo-a a uma evolução pessoal de alcance social: após adquirir consciência da classe operária a que pertence, o antigo pastor vem a comungar das aspirações que impelem as lutas sindicais e, por inerência, de um sonho coletivo. Idalina, sua mulher, atua em contraponto: é a

camponesa limitada aos horizontes da serra, que desvaloriza a ideia de uma habitação soalheira e salubre. Jornaleira em campos alheios, não pertenceria aos 36,9% de mulheres que, no distrito da Guarda e em 1940, eram alfabetizadas (Ramos 1988). Mas a personagem que mais atenção suscitou em críticos e leitores emerge na segunda parte, polarizando a ação e o espírito da narrativa nos cenários fabris da Covilhã. O tecelão Marreta, vegetariano e esperantista, é uma espécie de delegado de Ferreira de Castro no elenco de personagens. Verbaliza os seus ideais libertários e universalistas e impõe-se como voz destoante do regime político do tempo, voz que se eleva acima da massa de operários explorada pelos proprietários fabris. No seu papel paternal, forma mentalidades, instiga à revolta contra os abusos de autoridade, é conciliador quando idiosincrasias pessoais e estados de ânimo se defrontam nas minudências do dia-a-dia. Apesar de sucumbir “vítima de um capitalismo impiedoso”, expressão de Óscar Lopes (1998: 42), personifica quer a filosofia de esperança quer o altruísmo do autor, e contribuiu para que este crítico avaliasse o romance como “um dos [seus] melhores livros” castrianos.

Embora a história seja mediada pela instância de um narrador onisciente, captura frequentemente o leitor para o íntimo da mente de Horácio, fazendo aquele cúmplice dos pensamentos, receios e dilemas deste. Aliás, muito do romance vive da construção de monólogos interiores, nas personagens com maiores agonias, que alimentam o tom geral de pesada tristeza. Este aligeira-se apenas na reprodução dos coloquiais – muito singelos, devotados a sentimentos básicos e ao correr do dia-a-dia – e através de um desfecho que liberta alguma esperança no ar. Note-se que o teor romanescos dominante de penúria e fadiga, agitações, derrotas, frágeis vitórias em nada se depreende do título – uma formulação em timbre ruralista que deixa o leitor desavisado sobre o texto que o espera.

## ECO-ANÁLISE

Ferreira de Castro não se mostrou grande cultor do valor intrínseco dos elementos da Natureza, pautando-se acima de tudo por uma abordagem antropocêntrica a esse património. Essa dimensão afasta-o do âmbito da “nature-writing” e faz da sua obra fonte de interesse e desafio para uma análise na ótica da Ecologia Humana. Por isso, este romance, aconselhado por Orlando RIBEIRO no clássico da Geografia portuguesa, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945, ed. 1986), soma à denúncia da servidão humana outra dimensão, agravante das desigualdades sociais serranas: a força da Natureza. Entendendo-se aqui, de forma simplificada, a Natureza enquanto realidade física finita, exterior ao ser humano e à artificialidade dos meios urbanos, industriais e mecanizados. Ou, outra forma de o dizer, a “Ecosfera”, conjunto da atmosfera e da hidrosfera, da litosfera e da biosfera. Ou ainda, simplesmente, o conjunto dos seres e fenómenos vivos e não vivos, bem como as teias de relações que estabelecem entre si – isto é, o conjunto dos ecossistemas. Como as outras ficções castrianas canónicas, *A Lã e a Neve* presta-se a uma análise da perspectiva dos seus conteúdos relativos à Natureza – ou à terra – e às modalidades relacionais que o ser humano com ela estabelecia na primeira metade do século XX – é a chamada “Ecocrítica”, área da teoria literária que estuda a representação da natureza e da relação ser humano – natureza na literatura e na arte em geral, e que aqui se alia aos interesses da Ecologia Humana, na tentativa de apurar e refletir sobre:

Que formas tradicionais da interdependência humana com a serra da Estrela são evidenciados nas páginas do romance;

Que função assume esse património eco-humano na definição do enredo, ou como se projetam as personagens nesses espaços de vida e também no meio urbano, altamente modificado pela implantação da indústria.

## CONTEXTO GEOGRÁFICO

Parece clara, em *A Lã e a Neve*, a supremacia da dimensão espacial sobre a temporal. Mais do que um relato de época, o romance é um documento de sítio: reflete uma geografia de pequena escala e a organização traçada pelas comunidades humanas nesse território, em resultado de uma adaptação milenar aos recursos naturais em presença. A Serra forma, embora o romance o ilustre apenas em parte, essa unidade biofísica e de ocupação humana que, até ao tempo da ação romanesca, manteve no essencial os estilos de vida de montanha, geradores das principais atividades económicas: o pastoreio, o fabrico do queijo, o fabrico têxtil, inicialmente artesanal; complementados mais tarde pela exploração de volfrâmio e pelo turismo crescente (Gaspar 1993). É ainda Orlando Ribeiro, num dos seus *Opúsculos Geográficos* (1995:420), que fala do povoamento da serra da Estrela, basicamente periférico, com as cidades Guarda e Covilhã e a maioria das aldeias abaixo dos 800 metros de altitude. Como se disse, a ação de *A Lã e a Neve* decorre entre dois pólos, apartados nesta limitada escala geográfica: Manteigas e sua envolvência serrana, moderadamente intervencionadas pelo ser humano; e o dueto populacional Aldeia do Carvalho – cidade da Covilhã, esta fortemente artificializada pela implantação industrial. Manteigas, vila na margem esquerda do Zêzere, a 775 metros de altitude, é um dos seis concelhos que, total ou parcialmente, viriam a integrar mais tarde o Parque Natural da Serra da Estrela. Este foi criado pelo decreto-lei 557/76 de 16 de Julho, abrange o essencial do maciço da Estrela e estende-se por território dos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia. A Covilhã situa-se a 700 metros e dista cerca de sete quilómetros da, hoje, Vila do Carvalho, identificada no romance como morada de muitas famílias operárias. Este cenário bipartido situa-se no território que O. RIBEIRO (1986), no seu Mapa das Unidades de Paisagem, classificou como “Unidade 7 – Cordilheira Central”; na atual Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (INE, 2013), pertence à NUT III “Beiras e Serra da Estrela”. Para além das várias componentes do ambiente biofísico expressivamente devolvidas ao leitor, o romance articula-se entre dois mundos humanizados: o rural e o urbano-industrial. Ambos dependem dos recursos naturais locais, embora em graus, em moldes e através de mecanismos diferentes. Para a Ecologia Humana, é uma combinação enriquecedora e desafiante; para o autor, foi a fórmula encontrada para se aproximar literariamente da Natureza, por um lado, e para prosseguir no seu desígnio de denúncia político-social de cariz humanista e libertário, por outro.



## REBANHOS E TRANSUMÂNCIAS

Toda a ação romanesca de *A Lã e a Neve* desenrolada em cenário montanhoso “natural” é, portanto, reflexo literário da longa história de implantação humana na montanha continental portuguesa, diferenciada das terras baixas como o território acima da curva de nível dos 700 metros (Aguiar *et al*, 2009). O homem era já pastor e nómada na Península Ibérica no período do Neolítico; na tradição do sistema agrossilvopastoril, são os campos agrícolas, as pastagens em terrenos maninhos e as florestas a assegurar as necessidades básicas de alimento e abrigo (Ferrão *et al*, 2008). Escreve Ferreira de Castro (p.60): “(...) a grande serra e seus mistérios foram conquistados, mais do que com fundas, lanças ou arcabuzes, com homens pastoreando ovelhas e cabras”. A narrativa replica esta dependência eco-humana, no sentido em que usa o cervunal – um habitat seminatural resultante da intervenção humana sobre o ecossistema primitivo, e cujo valor alimentar para os ovinos lhe confere o papel basilar na pastorícia da Estrela – e a sua tradicional servidão coletiva em várias valências: como matéria de longas e vivas descrições, como cenário insubstituível de partes da ação e ainda como pretexto para a mensagem sobre as disparidades sociais. Um exemplo é a subida de Primavera aos cumes, que marca o retorno contrariado de Horácio à atividade pastoril. A Nave de Santo António surge coberta por “grande manta de cervum”, onde já outros rebanhos “rapavam erva”, enquanto “desgarradas cabras, trepando pelos alcantis próximos” buscavam o que roer (p.82). A meio da subida, o narrador fala-nos da paragem da “terra plana” do Covão da Ametade, fendida pelo curso do Zêzere (p.70) – quadro fustigado por uma trovoada que força pastores e ovelhas a resguardar-se sob as fragas. O Covão da Ametade é desde 2008 uma Área Prioritária de Valorização Ambiental, com um “interesse natural relevante”, hoje conjugado com a vocação para o recreio e a educação ambiental. O justo valor da planta cervum *Nardum* spp. na manutenção do tradicional modo de vida pastoril da Serra da Estrela é um dos mais importantes aspetos com que Ferreira de Castro recria a presença humana numa paisagem fortemente dependente dessa vegetação ancestralmente “domesticada”. O pastoreio era tarefa de novos e velhos – como vemos naquele episódio em que a violência da trovoada apavora “uma dessas crianças que os pais mandavam pastorear seu gadito por silvedos, valados e caminhos dos derredores da vila” (p.74). Se a posse de pastagens junto ao Zêzere, verdes e de fácil acesso, era própria de gente com alguns rendimentos, como Valadares ou o industrial Sotomayor, também entre pastores estava delineada uma hierarquia básica: o nível inferior era ocupado pelos moços de pastor por conta de alguém, como Horácio, e o gradiente culminava nos que mantinham grandes rebanhos de ovelhas, exigentes de bons pastos, mas provedores de retorno em leite e sobretudo em lã. Imagens atuais desses dois tipos de pascigo constam das figuras 1 e 2.



Figs. 1 e 2  
Cervunal (pasto de altitude) no Planalto Central da Serra da Estrela  
e pastos verdes perto de Manteigas, no vale do Zêzere

A dominância pastoril no universo da Estrela preenche, aliás, o *incipit* do romance, informando o leitor sobre mais uma etapa de pastoreio que terminava: “Logo que as cabras e as ovelhas entestaram à corte, o Piloto deu por findo o seu trabalho” (p.15). O capítulo final fecha este ciclo (p.368): “Das povoações serranas, os rebanhos começavam a subir para os cumes, como há cem, há duzentos, há mil anos, e iam devorando as flores silvestres que rompiam de todas as bandas (...)”. É quando ocorre nova deslocação ao monte, em Abril seguinte, que a narrativa nos compensa por ter aberto insinuando uma cena que não presenciámos. Uma vez levado o leitor até às extensões de altitude, na companhia de um Horácio que maldissera voltar àquela tarefa e àqueles caminhos, sabemos de quase tudo o que compreende a paisagem de sons e cores e a vida de trabalho em torno dos recursos que ela oferece. É o caso da organização do usufruto coletivo do solo: na Nave de Santo António, confluíam os distritos de Guarda e Castelo Branco, através dos dois concelhos, Manteigas e Covilhã. A demarcação das áreas de pastoreio atribuídas aos pastores de cada um, a fim de evitar desavenças, fazia-se através de “múrmuro fio de água”, de um “cordão de rochedos” ou de uma torre de pedras soltas – o “talegre”.

Era durante a primavera e o verão, alimentando-se dos ares da serra, de pão de centeio e de batatas cozidas, que os pastores ordenhavam ovelhas e cabras e procediam à manufatura do queijo, usando o cardo serrano nativo, *Cynara carduncullus*, para coalhar o leite, dando-lhe forma nas “ferradas”, escorrendo o excesso de soro. E se o efeito visual dos castanheiros apregoava o outono, a primavera anuncia-se na “música matinal” do “tilintar, encostas arriba, [d]as campainhas e [d]os chocalhos dos rebanhos”. Já nos cumes, aguardam o crepúsculo para entestarem às “malhadas”, onde pernoitam, “lentamente, enchendo de melancolia a serra, com a dolência das suas campainhas nas derradeiras horas do dia. (...) À luz do poente, que doirava os píncaros, os pastores seguiam atrás (...); nos flancos marchavam os cães, uns e outros atentos a que não se tresmalhasse alguma ovelha” que fosse ceia de lobos (p.84). Estes trechos, coincidentes com as

permanências de Horácio na serra, são o que de mais próximo da experiência de “wilderness” nos oferece *A Lã e a Neve*, espelhando, agora sim, o título do romance. Apenas aqui se pressente algo similar a uma “ecologia pastoril”, de harmonia humano – terra, aquele elogio implícito da *aurea mediocritas* campestre de que falava um outro Horácio – o poeta romano. Temática radicada nas *Geórgicas* de Virgílio (séc. I a.C.) – dominante nos períodos do Classicismo e que ao longo dos seus quatro livros faz a apologia dos campos e dos trabalhos agrícolas – e do Neoclassicismo, mas que o Romantismo seguinte também adotaria (Reis 2008:416). Cabe bem neste romance o conceito, recordado por F. Clements (em Garrard 2006:88), de “mundo natural” enquanto lugar de limpeza da poluição “moral e material da cidade”, dada a transição para a vida industrializada que lhe confere sentido. Mas no seu mundo sobrevivente à custa de uma pastorícia de subsistência que evidenciava já o início do próprio declínio não existe completamente uma rutura com a literatura pastoral – essa onde a Natureza é contraponto estável e duradouro à mudança disruptiva das sociedades modernas. Horácio começa por ser obrigado a adiar a concretização do seu sonho e a sujeitar-se ao mais baixo degrau salarial da economia da serra: “zagal assalariado (...) fica mais barato do que jornaleiro pago ao dia” nos amanhos da terra (p.60). Não é, assim, de estranhar que na condição de alguém cuja experiência em Cascais lhe alterou para sempre a perspetiva do quotidiano pastoril, a Nave de Santo António lhe parecesse agora “o fim do Mundo”, e o autor nos leve a partilhar dessa adversidade: “(...) toda essa brava paisagem das alturas” outrora familiar (...) aparecia-lhe agora odiosa, sufocante (...)” (pp.81 e 82). “Cada vez mais desventurado” nesses dias “densos de monotonia”, Horácio desdenha até da companhia amenizadora da velha flauta. Explora-se aqui um contraste fundamental, muito do interesse de ecocríticos como Macdowel (1996) ou Garrard (2006) e com significado ao nível da Ecologia Humana: entre o bucolismo tradicionalmente associado ao pastoreio e as duras regras de sobrevivência associadas. Ao longo do romance, nunca Ferreira de Castro toma declaradamente partido; de todos esses aspetos telúricos em contradição, é na ligação afetiva, criativa, sofrida com a terra que repousa, de facto, a vida serrana. A representação ambivalente do meio camponês é contínua e dada por uma intermitência entre os dois pontos de vista. As descrições líricas da paisagem serrana, particularmente esmeradas no capítulo III, e os momentos pastorais clássicos – com Horácio a viver um quadro que só *a posteriori*, em contraste com o ambiente fabril da Covilhã, encarará como de serenidade e alguma felicidade – revelam o ambiente biofísico da serra, a tradição do seu aproveitamento e a necessidade de uma evolução que acarinhe os anseios humanos. Daí que o corte com esse passado – “Não é guardando o rebanho dele que levantarei a cabeça” (p.30) – impulse a ação principal e o protagonista. Mas em *A Lã e a Neve*, Ferreira de Castro vai mais longe – em ângulos de vista, profundidade e argumentos – nas alfinetadas na imagem pseudo-sorridente do país rural, difundida pelo Estado Novo. Para tal, recorre a quatro realidades: nos fragmentos ligados ao pastoreio, através do repúdio de Horácio e das discórdias em torno dos baldios; na parte dedicada às indústrias da Covilhã, mediante a miséria da aldeia operária e das condições laborais e ainda dos efeitos da II Guerra Mundial, que açoitavam à distância os meios urbanos portugueses. No plano da intriga, na enunciação do narrador, nas falas das personagens – todas as ocasiões servem para efetivar essas denúncias. Os anseios de Horácio por uma vida fabril, à qual antevê vantagens sobre a sua existência de pastor, configuram uma

interseção entre o propósito sociopolítico do autor em desmascarar a imagem oficial e um teor com significado para a ecocrítica – o da imagem do pastoreio da serra alternativa ao ideário ruralista vindo do século XIX. Como em *Emigrantes*, a nervura de ação principal em *A Lã e a Neve* alicerça-se na consciência das limitações de recursos rurais disponíveis para proveito humano, na sua iníqua distribuição, na insatisfação resultante e na decisão de buscar alternativa satisfatória fora desse meio. Por isso, a primeira noite de Horácio na Nave de Santo António é passada entre a frustração, a aspiração da vida na cidade industrial e os pés assentes na terra que lhe exige o ritual de feitura do queijo – um retrato menos jubiloso da vida pastoril serrana, que transmite aspetos de Ecologia Humana, da história e da psicologia dos camponeses guardadores de gado miúdo (pp.89 e 90):

Mas nenhum dos homens que, na montanha, acompanhando rebanhos, esgotavam a melhor parte da sua vida, primariamente vestidos, sumariamente alimentados, trazia espírito vazio de ralações, alma livre para fruir o esplendor da manhã. De expressão resignada, um vago fatalismo nos olhos sombrios, mesmo quando riam, mesmo quando cantarolavam, eles dir-se-iam apartados (...) dessa alegria de viver que se revelava em seu redor, no voo das aves, no voo dos insectos, no florir dos vegetais e na rítmica toadilha que as águas soltavam na montanha.

Outro indício de que o autor considerava a história dos modos de vida e da capacidade transformadora do ambiente dos montanheses mais interessante do que as características do meio físico olhadas isoladamente é a narração de peculiaridades durante a transumância de médio curso. Esta ocorria no Inverno e diz-se “de médio curso” por comparação com os rebanhos que, entre os séculos XVI e XVIII, desciam até aos Campos de Ourique, no Baixo Alentejo (Gaspar, 1993), e que ao tempo do romance eram já delimitados aos campos da Cova da Beira. Para O. Ribeiro (1995: 330 e 1986: 91), esta prática pastoril representa a evolução do nomadismo para a vida sedentária – as culturas prenderam as pessoas à terra e só os pastores passam a circular – e o seu “último e mais puro vestígio” manifesta-se na Serra da Estrela. Ferreira de Castro reserva a estas deslocações sazonais o capítulo IV, em quadros de movimento e som que permitem apreender um sentido de escala associado ao movimento, mostrando os rebanhos partindo à vez, “sem outro ruído que o marulho dos seus passos” (pp. 114 e 115):

Eram quase trezentas ovelhas, brancas e negras, mosaico que cobria toda a largueza da estrada, a caminho da terra baixa. (...). Atrás marchavam Horácio, o Tónio, o Aniceto, o Libânio, filho do tio Jerónimo, e um burro por cada homem. (...) e os seus alforjes, com alimentos no fundo, guardavam espaço para recolha de cordeiros que dessem em nascer como sempre acontecia, durante o trânsito. (...) Por Belmonte, Cana e Capinha, iam seguindo o seu destino, dormindo onde a noite tombava, longe dos povoados, que nas redondezas destes a cama era-lhes proibida, e levantando-se mal clareava o céu, para continuarem a marcha, sempre com os cães à testa e nos flancos, sempre com os burros à cauda e, atrás dos burros, os homens. (...).

Este trânsito de sete dias até às cotas baixas da Idanha, entre geadas, orvalhos e lapas de proteção, exige dos jovens pastores sabedoria e experiência para lidar com as dores, os dramas e outras circunstâncias do gado, que tinha importância equiparada à dos humanos. A deslocação é marcada por uma sucessão de partos de ovelhas, um dos quais o autor assinala transferindo o ponto de vista para o “olhar morno” da cria (p.117): “os pinheiros à esquerda, uns sobreiros junto da ponte, umas alminhas no princípio do caminho que ali perto desembocava”. O rebanho ia engrossando à medida que descia e “As crianças, às portas das casas pobres erguidas à beira da estrada, viam passar os cordeiritos em cima dos burros, com as ternas cabecitas a sair dos alforques, como se fossem numa janela andante, e achavam aquilo bonito” (p.121).

A planície da Idanha, longínqua meta do conjunto transumante, é escolhida para infletir a história. Dir-se-ia que Ferreira de Castro “precisou” de Horácio e dos seus vários meses de ansiedade e incerteza como guias através da paisagem humanizada e dos aspetos sociais e eco-humanos no vale do Zêzere e nos cumes da Estrela. Cumprida essa função literária, o momento de chegada dos rebanhos ao destino significa para o pastor de Manteigas um momento de partida, ao receber a notícia de que finalmente o aceitam numa tecelagem da Covilhã (p.122): “Com uma expressão alvar, Horácio pousou na terra a ovelha que trazia às costas, (...) atirou fora o seu cajado de pastor, deu um salto, abriu os braços e abraçou o Chico da Levada”.

Apenas a confrontação com a realidade fabril, narrada nos capítulos seguintes, propõe um amortecimento da imagem desencantada com que o pastor olhava a pastorícia. Encontramos aí, pela primeira vez, a Natureza enquanto sinónimo de liberdade, uma aceção característica do autor. Numa retrospectiva, o agora operário Horácio descobre atrativos na sua antiga vida, onde era livre de se movimentar e fumar, “de assobiar, de cantar ou de gritar para que a sua voz ecoasse pelos esbarrondeiros, de falar sozinho ou com o Piloto (...)” (p.141). Só assim, revisitado pelo prisma da cidade industrial e do cativo da fábrica, o mito da beleza rural e idílica reconquista espaço em *A Lã e a Neve*.

## OS CUMES CENTEEIROS

Encontra-se no romance o mesmo que A. Queirós (2000:127) deteta no seu autor e noutros escritores e poetas da mesma geração: uma obra que “assenta a sua ética da terra no elogio e na defesa do agricultor como arquiteto e conservador da paisagem, empiricamente ecologista no seu modo de produção (...), permitindo que perdure a diversidade da vida animal domesticada e selvagem”. No início da década de 1950 Portugal tinha 8 milhões e quatrocentos mil habitantes e metade da população ativa na agricultura. Esta sofria dois fenómenos interligados: o esvaziamento dos campos, fruto da emigração e do êxodo para os centros urbanos litorais, e a senda definitiva da industrialização, com um aumento da população a laborar nas indústrias transformadora e extrativa (Torres e Marinho, 2001 e Rosa e Vieira, 2003). Embora *A Lã e a Neve* retrate como a criação de gado miúdo sobrelevava em grande medida as atividades de centeio e batata, transmite modos complementares de ganhar a vida, que organizavam o espaço rural e modelavam a paisagem: os pastores a quem não cabia a vezeira semanal trocavam “o cajado de pegureiro pela enxada de cavador”, pois “nas rampas da serra todos eles criam gado, duas ou três dúzias de cabeças, e cuidam do seu agro – duas ou três pobres courelas” (p.60); os pais de Horácio trabalhavam de seu “dois degraus abertos na anca da montanha, alguns metros de chão onde cultivavam centeio e batatas, seu principal alimento” (p.34), produzindo centeio que rendia não mais do que quatro meses de pão – a “efémera riqueza dos plainos” (p.60). O centeio ou “pão” era, portanto, o rendimento dos camponeses pobres da Serra da Estrela, suplementado pela batata das courelas e pelo leite de cabras e ovelhas. Tal como com a pastorícia, toda a faina cerealífera se processava nos solos elevados:

Ao morrer de Julho (...) as famílias dos pastores e os pastores que não andavam de guarda às ovelhas, haviam subido do vale à montanha, para ceifar as searas. Por todas as encostas e mesmo nos plainos cimeiros viam-se, nessa época, pequenas e isoladas manchas amarelas, contrastando, num soberbo efeito, com o verdor da serra (...). Era o centeio maduro aguardando a foice dos que o semearam, homens e mulheres chegavam, com seus burros, e lançavam-se à tarefa, em vários dias de canseiras e noites dormidas ao relento.

Nessas manhãs de verão, o silêncio da serra era atravessado por cantigas de trabalho, notas de alegria a que Ferreira de Castro não é indiferente. O cereal malhava-se em rocha próxima “que brindasse lisa superfície” (p.104), o grão media-se e separava-se conforme se destinava a trabalhador ou ao dono do terreno e “a semente já não saía dali”, pronta para a terra no ano seguinte – era a “faina agrícola nas alturas” que termina com o regresso das famílias e ranchos de trabalhadores às “terras baixas”, no final de Agosto (p.110). É possível que estas descrições da vivência camponesa contribuissem para a opinião de Francisco COSTA, quando numa carta a José Paço d’Arcos faz uma comparação com Aquilino (1987:78):

O Ferreira de Castro, por seu lado, é um estupendo pintor, cujas personagens têm, quase sempre, missão muito semelhante à das figurinhas que os paisagistas metem nos seus quadros, para se sentir a escala da coisa pintada.

Mas o autor de *A Lã e a Neve* não abandona a tónica das desigualdades sociais, indissociável do rendimento conquistado ao solo e aos recursos adjacentes (p.84):

Os habitantes dos povoados serranos, vivendo em acanhados vales e as melhores terras na posse de industriais, padres e outros senhores lugarenhos haviam ido, desde remotas eras, às adustas alturas e, onde descobriram baldio propício a um punhado de centeio, cavaram-no e regaram-no com o seu suor. Mas o chão era pobre: por baixo dele, a um metro, às vezes ainda menos, jazia a rude ossatura de xisto ou de granito. Por cada ano que dava pão, a terra alta tinha de descansar, em esterilidade, um ano ou dois. Assim, perto ou longe de uma searazita, quem a semeara possuía sempre, próprio ou arrendado, outro tracto devoluto, o alqueive onde as suas ovelhas vinham dormir, adubando a terra que criaria o pão no ano vindouro.

A regra quase universal, já presente em *Emigrantes e Terra Fria* – é nas terras baixas, junto à água, que o solo compensa mais o esforço humano – volta a surgir, embora as culturas que lhe são peculiares, como o milho e a vinha, laranjeiras e oliveiras, sejam relegadas para segundo plano. Note-se o valor documental deste parágrafo: faz a súmula histórica do povoamento humano dos vales e do cultivo dos altos; define uma fragilidade natural daquele território – a magreza do solo arável – ; apresenta duas respostas adaptativas dos camponeses – a procura de terras nas maiores altitudes e o imperativo dos pousios; mostra o papel da pastorícia na produtividade da terra – com as ovelhas estrumando os “alqueives” ou terras em pousio; e a tudo isto faz corresponder uma estratificação social básica entre “senhores” da terra e habitantes mais sofridos, incluindo nos primeiros os industriais e membros do clero. Uma organicidade conjunta entre a terra, os animais e os humanos aparece enleada nas angústias de Horácio e serve a crónica do protagonista no capítulo 3 e nos seguintes. O quotidiano e a calendarização anual do pastoreio e da cerealicultura sucedem-se ao longo de um conjunto de fases, como o do ajuntamento do gado em “rebanhos de mil e mais ovelhas”, guiados por poucos pastores (p.102) até que no fim do Verão “Novamente a serra se cobrira de pequenas ovelhadas”, cada uma com seu zagal, estrumando as novas sementeiras de centeio (p.110). Esta complementaridade agropastoril, em moldes endémicos da Serra da Estrela, alargava-se até à Covilhã: o operário Ravasco, depois de cavadas as terras da mãe com a urgência de quem sabe que morrerá em breve, “compra noites de esterco” (p.259), alugando um rebanho que as estrume durante a noite. Sinais de uma época ainda livre de fertilizações artificiais e sintéticas. Na figura 3, esquematiza-se o calendário anual cruzado da vida pastoril e da cultura do centeio, com base nos elementos fornecidos pela narrativa.

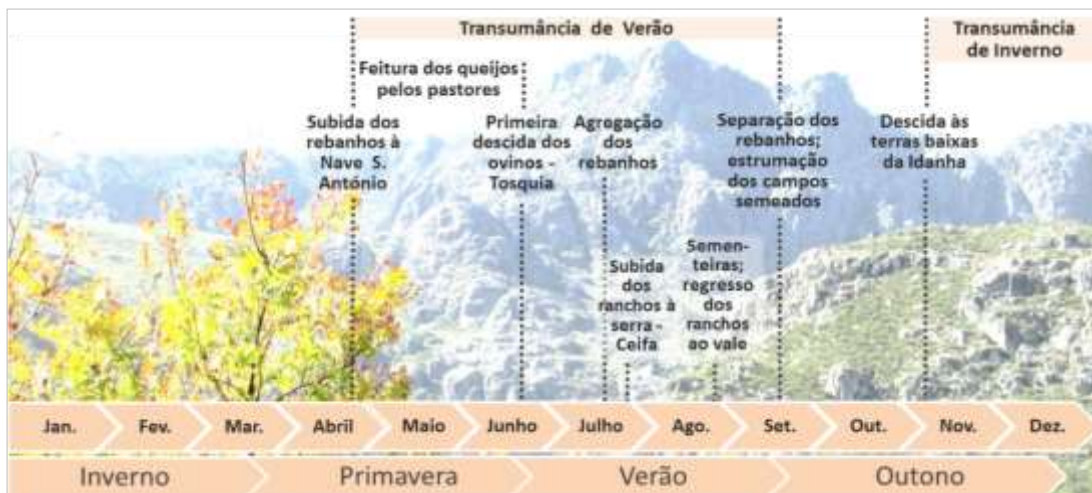


Fig. 3 - Calendário anual das atividades económicas de montanha de agricultura e pastoreio, a partir de menções e descrições em *A Lã e a Neve*

Manteigas e a vida pastoril na Nave garantiam apenas uma sobrevivência mínima das famílias de camponeses. Para os migrantes da serra, cuja sobrevivência dependia de um conjunto de outros fatores (como o ar/oxigénio respirado, a luz do sol, a temperatura ambiente), a insuficiência de terra de pasto, de onde retirar sustento, constituía um fator ambiental limitante que, devido à sua escassez, comprometia a existência das famílias ou, no mínimo, a sua prosperidade. Para além da dimensão sociológica do fenómeno, as correntes migratórias de camponeses, representadas em Horácio, configurando embora uma adaptação às circunstâncias ambientais precárias, afetavam negativamente a densidade populacional da área. “Adaptação” e “fator ambiental limitante” são dois dos conceitos da Ecologia clássica que encontram eco também na Ecologia Humana e que ressumam de *A Lã e a Neve*. Outro conceito facilmente identificável é o de “seleção natural”, transmitido, no universo social do romance, por exemplo, pela vantagem social dos que têm posses relativamente aos que não têm. Os mais pobres apresentavam uma taxa de sobrevivência baixa, constituindo a migração, dentro ou fora do país, uma forma de a minimizar. É ainda possível identificar, no mesmo plano, os conceitos de competição intra-específica, pois ocorre entre humanos, ou interespecífica, se mantivermos a lógica de entender as classes sociais como “espécies” diferentes dentro da sociedade serrana.



## A FÁBRICA E O AGRO

Na Covilhã, Horácio continua a perseguir o seu sonho tardio. A “cidadezita serrana de ruas tortuosas e íngremes” (p.41) apresenta-se “a meio da serra, como se quisesse vigiar dali todo o imenso vale”, cheia de “incontáveis janelas” que o sol das cinco fazia “rebrilhar” (p.142). Animam-na um mercado novo e uma Praça da República, presidida pela Câmara Municipal – símbolos das funções administrativa e comercial que distinguem uma cidade do aglomerado de menor vulto. Entre o modo de vida pastoril da Nave de Santo António e o labor industrial da Covilhã, distam várias horas a pé que correspondem a um salto de vários séculos. Horácio lança-se numa lenta e penosa escalada na hierarquia operária, almejando o posto de tecelão, o mais respeitado por mestres e industriais. Uma vez na tecelagem, conhece o outro lado da lã que pastoreava: “Durante muito tempo a lã fora, para ele, apenas uma coisa que se vendia, aos quilos, que dava dinheiro aos donos das ovelhas, e, depois, se comprava aos metros. (...) Agora, porém, a lã aparecia-lhe com outro aspeto (...)”. A Covilhã da década de 1940 representa nesta ficção um modelo de economia onde o uso de recursos naturais locais – nomeadamente água, solo e lã de ovelha – ultrapassara largamente o ritmo da sua reposição natural. Historicamente, a localização da indústria transformadora têxtil obedeceu não ao fator mercado, mas à origem da matéria-prima. A concentração de rebanhos laníferos na serra atraiu a instalação de centros artesanais e, mais tarde, fabris (Pires 1994 e Mattoso, Daveau e Belo, 2010). Os seus rendimentos aumentaram, a partir do século XVIII, com o aproveitamento da energia hidráulica das ribeiras Carpinteira e Degoldra, que nascem na serra e afluem ao Zêzere. A fábrica que aceitou Horácio pertencia ao conjunto industrial alinhado na margem da primeira, parte das mais de duas centenas de fábricas da época.

Estas zonas industriais e forma de vida associada seriam passíveis de ilustrar o termo “brownfields” (Garrard, 2006) – atualmente do léxico da Justiça Ambiental e cunhado por ecocríticos de segunda vaga focados no ambiente artificial nos anos de 1990. Os “brownfields” designam paisagens antropicamente degradadas, urbanas e industriais, “locais tóxicos”, principalmente dentro das cidades, em oposição aos “green fields” dos arredores. Em *A Lã e a Neve*, o conceito acentua os contrastes entre o lado soturno da cidade e o labor das encostas, vale e cumes agropastoris. Uma parte fulcral da narrativa testemunha, então, o progresso industrial de fins exclusivamente lucrativos, sem brilho ou brio de proveito social. Este modelo insaciável exigia a importação de matéria-prima e quantidades crescentes de energia de laboração. Nas fábricas, verdadeiros microcosmos de exploração humana onde o autor centra a dialética entre explorador e explorado, impunham-se esquemas de trabalho que exauriam os operários, tornando-os “autómatos, simples peças das máquinas, movimentando-se sob aquela mesma vontade fria que movimentava a fábrica” (p.165). Os despedimentos arbitrários – por doença ou quando as energias dos mais velhos se esgotavam para o desempenho laboral –, assim como a ausência de assistência social estatal, eram das poucas certezas nos horizontes futuros das famílias operárias. Realidade que sugere ao autor uma metáfora com elementos da Natureza, através da qual expõe a paisagem urbana conspurcada por “seres tão inúteis para a indústria como os resíduos vegetais e minerais que as máquinas separavam das lãs” (p.314).

A. Queirós (2000b:21) encontra uma "unidade dialética de contrários" nas figuras contrapostas do pastor e do operário, assim como da lã e da neve. Porém, o romance mostra como ambos se uniam com fins utilitários vitais. O modelo mal remunerado dos operários da Covilhã assimilava as práticas agrícolas ancestrais da serra; ao cultivo de parcelas junto à Aldeia do Carvalho ia buscar um parco suplemento de sobrevivência – era a proletarianização dos trabalhadores rurais, que esbatia a dicotomia rural / urbano (p.147):

Fosse na Primavera, fosse no Verão ou no Outono, os homens (...) que laboravam no turno da noite e possuíam um quinchoso ou leiras nas declividades da serra empregavam o dia a amanhar essas territas. Muitos deles, ao entrar nas fábricas, às cinco da tarde, já haviam trabucado seis e oito horas, mas tinham por boa sorte consumir num mesmo dia esse duplo trabalho, pois sem o acrescento das couves, das batatas e, às vezes, do centeio que as courelas davam, o salário não lhes bastaria para sustentar a família.

Esse "trabalho de enxada" (p.184), com que Horácio tenta compor o magro salário de aprendiz, é indicativo da dupla condição de operário – camponês, que minorava com os produtos da terra a miséria ditada pelos rendimentos do trabalho fabril. O geógrafo J. Gaspar (1981) salienta como nem sempre a estrutura da população ativa nas estatísticas oficiais era, mesmo décadas depois, um indicador fiel dos estilos de vida em Portugal. A figura 4 mostra a distribuição desse trabalho duplo nos setores secundário e terciário, com o município da Covilhã a figurar na classe dos 20 a 30 %. Realidade que a ficção castriana sublinha, para além de nos mostrar os mesmos tipos rurais listados por J. Gaspar – o pequeno proprietário ou rendeiro; o trabalhador rural sem terra ou com terras insuficientes, "os pastores de gado ovino e caprino do sul e das montanhas do norte e centro" (p.21).

As páginas sobre as movimentações operárias no centro de agitação política que foi a Covilhã têm rigor historiográfico. Torres e Marinho (2001d) referem o movimento reivindicativo local de Novembro de 1941, com dez mil operários grevistas, que Ferreira de Castro imagina urdido e comandado a partir dos serões no casebre de Marreta, em que Horácio participava. Para anunciar o dia de início da greve têxtil, é traçado um tranquilo quadro aldeão, uma antítese do fervilhar reivindicativo da urbe fabril – "algumas galinhas debicavam a terra" – aludindo a dois fatores ambientais: era uma quinta-feira com "luz de domingo" e sobre um dos flancos da Aldeia do Carvalho planava um milhafre (p.271). Uma quietude cortada pelo vociferar do personagem Tramagal contra os "amarelos". Quando o escritor faz sobrevoar a saída dos operários grevistas, na

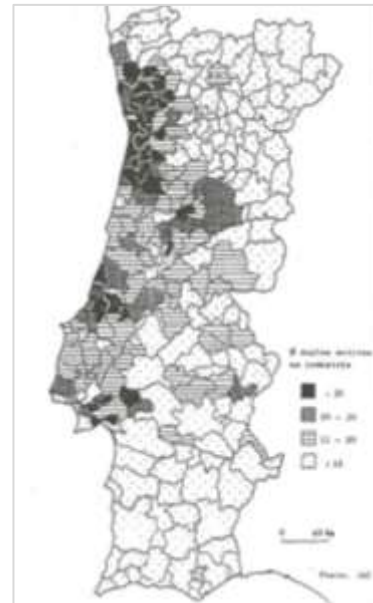


Fig. 4 – Dupla atividade da população agrícola na indústria [ano desconhecido no original].  
Fonte: Lema e Rebelo 1997: 187

Aldeia do Carvalho onde viviam, pelo voo planado e lento da rapina, solicita a avifauna da Serra da Estrela para dar vivacidade e relevo à história e à mensagem que pretende transmitir. Seguindo na lógica de transposição de conceitos da Ecologia clássica para a Ecologia Humana, deteta-se o conceito de dominância ecológica de uma espécie, na medida em que a “espécie” dos industriais “controla em maior ou menor grau a corrente de energia e afeta fortemente o ambiente de todas as outras espécies” da comunidade, para citar a definição genérica de E. Odum (2007: 226). Mas o conceito basilar desta parte do romance é outro, também ele alojável do universo conceptual da Ecologia: a cooperação, com verdadeiro benefício para as partes envolvidas. No caso dos operários da Covilhã, aliás, esta relação eleva-se ao patamar do mutualismo, que pressupõe um nível de interdependência favorecedor da sobrevivência – representado no Sindicato que agremiava os trabalhadores têxteis e que assumia responsabilidades sociais de apoio a velhos e doentes, num modelo em que patronato e Estado as rejeitavam.

O romance vive de um fio de sentido pouco risonho, de um espectro do mal sempre em fundo, dados pela insensibilidade das classes mais favorecidas, pelos usurários que emprestavam aos pobres a juros altos. Esse clima apenas amolece nas falas esperançosas de Marreta e sobretudo, com as notícias que afirmam o fim do conflito. Uma espécie de “Primavera Mundial” alcança os operários da Covilhã por meio dos jornais de Lisboa e Porto, a narrativa retorna à riqueza descritiva dos primeiros capítulos e festeja esse tempo novo de duas formas: mediante a reação da população têxtil e através da vivacidade da flora. E neste ponto a Natureza florística integra-se no tecido urbano, o protagonista agrada-se das tílias em flor libertando um “aroma que enchia o vasto terraço ajardinado que a cidade lançava, ali, sobre o vale” (p.300) e que em cenas futuras vigiarão as movimentações operárias. Nas encostas vizinhas da cidade, “os castanheiros sobreviventes dos grandes soutos pretéritos” (p.368) mostravam “os primeiros laivos amarelos da próxima floração” (p.370). Também em Horácio fermentava “uma admissão, uma hipótese, uma semente que não germinara”, mas “que não estava lá antes de ele vir para as fábricas”. É um novo Horácio que nasce com a Primavera, um fruto da doutrinação de Marreta, que vai soçobrando, sendo substituído na luta pelo antigo pastor.

## CONCLUSÃO

Ao regressar às terras da Beira, Ferreira de Castro concilia um cenário de vale (que acolhe a trama de *Emigrantes*) com o de montanha (em *Terra Fria*) num único texto: *A Lã e a Neve*. Este será, talvez, o mais completo exemplo de como o romancista foi simultaneamente um documentalista das regiões que usou como cenários literários, deixando estreita margem a concepções subjetivas da geografia e da Ecologia Humana da Serra da Estrela. A visão antifragmentária do mundo, atributo desta área científica, é aqui muito evidente. O texto é perpassado por um saber histórico, mas também geográfico, antropológico e social, uma erudição popular exibida nas múltiplas formas como o ser humano se relaciona com o território que povoa e explora. Trinta anos após a publicação de *A Lã e a Neve*, em 1976, a criação do Parque Natural da Serra da Estrela identificou e propôs-se conservar os patrimónios natural e eco-humano que surgem recriados literariamente por Ferreira de Castro, essenciais ao enredo. Além disso, o coberto vegetal biodiverso do planalto da Estrela levou à sua classificação como Reserva Biogenética do Conselho da Europa, em 2000, e como Zona Húmida de importância internacional, pela Convenção de Ramsar. Todos estes habitats estão ainda protegidos pela Diretiva comunitária Habitats, sendo o cervunal um “habitat prioritário” numa lista onde constam ainda os “Cursos de água [de montanha] dos pisos basal a montano”, como o Zêzere, e as “Florestas de *Castanea sativa*” – os soutos do romance (Fonte: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse>). Neles se incluem as atividades que arquitetam a economia de montanha, num vínculo orgânico entre o solo, a planta, o animal e o ser humano. Nesse sentido e conhecendo a Ecobiografia do escritor, concorda-se com A. Queirós (2000:38), que defende para um grupo de prosadores portugueses – onde inclui Torga, Brandão, Soeiro, Redol, Namora, e também Ferreira de Castro – “uma espécie de ‘humanismo ecologista’”, um “caráter precursor da moderna consciência ambientalista, que ultrapassa o velho antagonismo entre os interesses humanos e os da Natureza”. De resto, o romance celebra a filosofia mista de Ferreira de Castro: a arte pela beleza da arte, mas também a arte ao serviço de valores mais elevados do indivíduo e da sociedade, como a dignidade individual e a solidariedade social. Aos públicos lusófonos e aos das suas vinte e duas traduções (entre 1936 e 1973) (Emery em Vários, 1996), *A Lã e a Neve* apresenta uma Natureza – terra menos generosa e mais austera, palco de fadigas inglórias e sacrifício – que readquire beleza na comparação com a rudeza dos ambientes fabris da Covilhã.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

De Ferreira de Castro:

Ferreira de Castro. 1926. *A Epopeia do Trabalho*. Porto, Livraria Civilização, 140 p.

Ferreira de Castro. 1928. *Emigrantes*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, s/d, 11ª ed., 302 p.

Ferreira De Castro. 1931. “Memórias”, in *Ferreira de Castro e a sua Obra*, Jaime Brasil, 1931, Porto, Livraria Civilização, pp. 8-23.

Ferreira De Castro. 1934. *Terra Fria*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, 1990, 13.ª ed., 198 p.

Ferreira De Castro. 1947. *A Lã e a Neve*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães - Babel, 2010, 16.ª ed., 395 p.

Ferreira De Castro. 1949. “Mensagem”, Alves, R., 1996, “A Unidade Fragmentada”, *Vária Escrita* n.º 3, pp.185-191

Geral:

Aguiar, Carlos; Rodrigues, Orlando; Azevedo, João; e Domingos, Tiago. “Montanha”, Pereira, H., Domingos, T., Vicente, L. e Proença, V. (eds.), 2009, *Ecossistemas e Bem-estar humano. Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment*, Lisboa, Escolar editora, pp. 295-339

Alves, Ricardo A.. 2002b. *Anarquismo e Neo-realismo – Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*. Lisboa, Âncora Editora, 285 p.

Alves, Ricardo A. (Org. e notas). 2007. *100 Cartas a Ferreira de Castro*. Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2.ª ed., 232 p.

Brasil, Jaime. 1931. *Ferreira de Castro e a sua Obra*. Porto, Livraria Civilização, 134 p.

Brasil, Jaime. 1961. *Ferreira de Castro, A Obra e o Homem*. Lisboa, Arcádia, 274 p.

Calheiros, Pedro. 2004. “A Lã e a Neve: testemunho corajoso sobre homens ousados”, *Castriana* n.º 2, pp. 103-134

Carvalho, Ana Cristina. 2015. *Terra Nativa – A relação eco-humana na vida e na obra de Ferreira de Castro*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 485 p.

Dionísio, Mário. 1947. “A Lã e a Neve, por Ferreira de Castro”, *recensão na Vértice, Revista de Cultura e Arte* n.º 47, Vol. IV, Agosto de 1947, pp. 302-307

- Emery, Bernard. 1996. “Ferreira de Castro, Além-fronteiras”, *Vária Escrita* n.º 3, pp. 33-82
- Emery, Bernard. 2007. “Do mito amazónico à reinvenção do luso-tropicalismo: o caso de José Maria Ferreira de Castro”, *Castriana* n.º 3, pp. 61-104
- Ferrão, José E., Caixinhas, M. Lisete e Liberato, M. Cândida. 2008. “A Ecologia, as Plantas e a Interculturalidade”, Lages, M. F. e Matos, A. T. (coord.), *Portugal, Percursos de Interculturalidade*, Vol. I, pp. 132-223
- Gaspar, Jorge (dir.). 1981. *Portugal em mapas e em números*. Lisboa, Livros Horizonte, 2.ª ed., 187 p.
- Gaspar, Jorge. 1993. *As Regiões Portuguesas*. Lisboa, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 236 p.
- Lopes, Óscar. 1998. “Centenário de Ferreira de Castro”, *Folhas*, Ano I, n.º 3, pp. 39-45
- Madowell, Michael. 1996. “Bakhtinian road to ecological insight”, *The Ecocriticism Reader. Landmarks’ in Literary Ecology*, pp. 371- 391
- Mattoso, José, DAVEAU, Suzanne e MELO, Duarte. 2010. *Portugal, O sabor da terra*. Lisboa, Círculo de Leitores e temas e Debates, 2.ª ed., 688 p.
- Moreira, Alberto. 1959. *Ferreira de Castro – Antes da Glória*. Porto, ed. autor, 200 p.
- Odum, Eugene P.. 2004 (1971). *Fundamentos da Ecologia*. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 7.ª ed., 927 p.
- Pires, Iva M.. 1994. *A Teia e a Trama na Geografia das Indústria Têxtil e do Vestuário*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa (polic).
- Queirós, António. 2000. *A Contribuição dos Poetas e Prosadores Portugueses para a Génese da Moderna Consciência Ambientalista*, Tese de Mestrado em Filosofia da Natureza e do Ambiente, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 196 p.
- Ramos, Rui. 1988. “Culturas de Alfabetização e Culturas de Analfabetismo em Portugal”, *Análise Social* 103-104, Vol. XXIV, pp. 1067-1145
- Reis, Carlos. 2008. *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*. Lisboa, Almedina, 2.ª ed., 555 p.
- Ribeiro, Orlando. 1986 (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 4.ª ed. rev. e ampl., 175 p.

Ribeiro, Orlando. 1985. *Opúsculos geográficos*. I Volume – Síntese e Método. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 421 p.

Rosa, M.<sup>a</sup> João e Vieira, Cláudia. 2003. *A população portuguesa no século XX*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 170 p.

Rosas, Fernando. 1994. “A ‘grei agraria’”, Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, Sétimo Vol., pp. 31-59

Torres, E. Sintra e Marinho, Luís. 2001. *O Século do Povo Português*, Vols. IV a V, Alfragide, Ed. Ediclube

## OUTROS

Instituto Nacional de Estatística. 2015. *NUTs 2013. As novas unidades territoriais para fins estatísticos*.

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (2008), *on line* em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/popnse/popnse-doc> (4 Maio 2015)

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente *Millenium Ecosystem Assessment* – Avaliação Portuguesa: <http://www.ecossistemas.org/> (12 Novembro 2015)

Centro de Estudos Ferreira de Castro: <http://www.ceferreiradecastro.org/>

Instituto da Conservação da Natureza e Florestas: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse>